



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Câmara Municipal de Miranda do Douro**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de **45.243.198 euros** e um total de fundos próprios de **33.067.109 euros**, incluindo um resultado líquido de **1.929 euros**, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de **8.987.026 euros** de despesa paga e um total de **12.239.962 euros** de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal de Miranda do Douro em 31 de Dezembro de 2016**, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com POCAL.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria:

- Apesar de ter sido iniciada a implementação do sistema de contabilidade analítica no Município em 2014, mas ainda não se encontrar concluída à data de 31 de Dezembro de 2016 e constituir uma obrigatoriedade prevista no ponto 2.8.3 do POCAL, ainda não oferece condições de proporcionar a informação financeira necessária para a avaliação dos custos das obras executadas por administração direta e dos serviços prestados aos munícipes a que estão associados o pagamento de taxas por parte dos mesmos, tanto para efeitos de reconhecimento de eventuais ativos como de resultados.



- A sociedade Miranda Cultural e Rural EM (em liquidação), foi dissolvida nos termos da Lei n.º 50/2012, encontrando-se em processo de liquidação associado à internalização dos serviços de abate (Matadouro Municipal) que vinha prosseguindo. Tal processo de liquidação e internalização estima-se que esteja concluído no decorrer do ano de 2017.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras (h)**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com POCAL
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 03 de Abril de 2017



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)  
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda





## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ex.<sup>mos</sup> Membros da Assembleia Municipal do Município de Miranda do Douro

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Vereadores do Município de Miranda do Douro

Ex.<sup>mos</sup> Senhores

### Introdução

1. De acordo com o preceituado na alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, cumpre-nos submeter à apreciação de V.Exas o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

### Âmbito

2. No âmbito das atribuições estipuladas no referido preceito relativas aos documentos de prestação de contas do exercício:

2.1. Acompanhámos a atividade da Câmara Municipal de Miranda do Douro, tendo recebido do Órgão Executivo e dos responsáveis pela gestão e controlo financeira da atividade municipal as informações e esclarecimentos solicitadas;

2.2. Verificámos a regularidade dos livros e registos contabilísticos neles constantes e a adequabilidade e conformidade dos documentos que lhes serviram de suporte;

2.3. Verificámos o cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade do Município, com especial destaque para a lei n.º 8/2012 e a lei n.º 73/2013;

2.4. Efetuámos os procedimentos conducentes à obtenção da prova sobre a titularidade dos bens e valores do Município, assim como dos valores sob a sua custódia;

2.5. Verificámos a conformidade dos critérios valorimétricos que serviram de base à mensuração dos diferentes elementos do ativo, passivo, custos e proveitos com as divulgações feitas no anexo ao balanço e à demonstração de resultados;

2.6. Confirmámos que o balanço, a demonstração de resultados e o respectivo anexo foram preparados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, constantes do POCAL, à exceção das anotações constantes da certificação legal das contas;

2.7. É nossa convicção que os documentos que integram a prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, à data do encerramento da contas, sob a condição das limitações e ou desacordos expressos na certificação legal das contas;

2.8. É nossa opinião que o Relatório de Gestão está em conformidade com as demonstrações financeiras e que a proposta de aplicação de resultados do Órgão Executivo cumpre os preceitos legais aplicáveis.

#### **Parecer**

3. Face ao anteriormente exposto somos de parecer que a Assembleia Municipal, enquanto Órgão Deliberativo, proceda à apreciação do Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2016, e ainda aos Mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, com as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas.

Bragança, 03 de Abril de 2017



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047  
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, L.da



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL  
DE  
AUDITORIA  
EM

31 de Dezembro de 2016

---

CÂMARA MUNICIPAL DE  
MIRANDA DO DOURO



## RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.<sup>mos</sup> Membros da Assembleia Municipal do Município de Miranda do Douro

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Vereadores do Município de Miranda do Douro

Ex.<sup>mos</sup> Senhores

### Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e, subsidiariamente, no cumprimento dos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e também tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, mormente o veiculado dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015 de 3 de Setembro.

### Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas.

### Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.





- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
  - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte
  - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
  - Análise do cumprimento das obrigações de natureza contratual, designadamente as referentes ao P.A.E.L. e do plano de reequilíbrio financeiro.
  - Revisão do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
  - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
  - Tratamento de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registo entre as duas aplicações.
- 2.1- Analisámos e realizámos testes às reconciliações bancárias apresentadas pelo Município;
  - 2.2- Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
  - 2.3- Teste as operações de inventariação física das existências,
  - 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
  - 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
  - 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;



- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
- 2.10- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.
- 2.11- Verificação da facturação emitida nas diversas aplicações correlacionado os dados comunicados via e-fatura e declarações periódicas de IVA.

### **Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas**

3. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, entendemos dever relatar o seguinte:

#### **3.1 Sistema de controlo interno**

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- i. Como já referimos nos relatórios anteriores, relativamente às disponibilidades, verificámos que o Caixa não funciona através de um fundo fixo. Apesar do manual de procedimentos estabelecer que o valor em Caixa não deve ultrapassar € 6.000,00, verifica-se não existir cumprimento e controlo sobre essa disposição, o que faz com que os valores em Caixa não tenham uma definição rigorosa quanto ao montante que deve ser considerado como fundo fixo. O numerário e os valores suportados em documentos que integram o Caixa e que estão sob a responsabilidade do Tesoureiro não estão sujeitos a contagens físicas efetuadas com carácter periódico e de surpresa, ou seja, parece só haver evidência de contagens físicas ao Caixa apenas aquando do encerramento das contas de cada ano económico, no final e no início do mandato do órgão executivo ou do órgão que o substitui e quando há substituição do Tesoureiro. Somos da opinião que as contagens físicas ao Caixa deveriam ser efetuadas, pelo menos, trimestralmente e, além disso, deveriam ser lavrados termos de contagem dos montantes sob responsabilidade do Tesoureiro, devidamente assinados pelos seus intervenientes, isto, para além, de como estipula o manual de procedimentos e de controlo interno dever existir um fundo fixo de caixa sujeito a conferências e a reposições de carácter mensal;
- ii. Verificámos que os cheques são preenchidos na Tesouraria, depois de confirmado o meio de pagamento a adoptar, recolhendo-se posteriormente a assinatura de um outro interveniente na



- movimentação da conta bancária, quando o procedimento correcto seria que os mesmos fossem emitidos na secção da contabilidade, conjuntamente com a respetiva ordem de pagamento, sendo, depois, remetidos à Tesouraria para pagamento, após serem devidamente subscritos (assinados) pelo Presidente da Câmara, Vice-presidente ou Vereador com delegação de competências;
- iii. À semelhança do que dissemos em relatórios anteriores a elaboração das reconciliações bancárias é efectuada pelo Tesoureiro que tem acesso às contas correntes, o que consubstancia uma incompatibilidade de funções (as reconciliações bancárias não devem ser feitas por quem paga e/ou recebe). Preferencialmente, e tendo em atenção as disposições sobre a eficácia do controlo interno, sugere-se que as reconciliações bancárias sejam elaboradas por um funcionário que não pertença à Tesouraria e que na contabilidade não tenha acesso às contas correntes, o que naturalmente exige a definição de acessos/perfis informáticos, de modo a salvaguardar qualquer incompatibilidade funcional;
- iv. Com relação à área dos stocks/existências, através dos testes realizados, aquando da inventariação física, verificámos que o sistema de controlo interno não dá garantia de ser capaz de detetar uma utilização inadequada dos ativos em armazém nem uma eficaz salvaguarda da sua integridade, pese embora se ter vindo a verificar melhorias face aos anos anterior. Os movimentos de mercadorias e de matérias-primas não são todos controlados pelo armazém, indo alguns directamente para as obras, o que, naturalmente, fragiliza os mecanismos de controlo físico dos inventários. Por outro lado não se encontra implementado o sistema de inventário permanente o que converge para tornar ainda mais vulnerável o controlo sobre as existências em armazém.
- v. Tal como referimos, em muitas situações, os materiais, ainda que requisitados pelo armazém são transferidos directamente para a obra pelo fornecedor. Tal operação não é objecto de registo no armazém que, se houver sobras, não regista qualquer entrada porque também não houve registo de qualquer saída. Por tais factos não é possível a mensuração dos ativos “existências”, nem enquanto matérias-primas e subsidiárias, nem no que respeita à valorização dos produtos e trabalhos em curso. Aquando das contagens de inventário verificamos a existência de diversos artigos com elevado número de stock mas com reduzida rotação, o que pode indiciar obsolescência ou matérias de reduzido grau de utilização;
- vi. Ainda em relação às existências, verificámos que os serviços de armazém do Município não procedem à inventariação física das existências de forma regular, sendo apenas realizado o inventário no final do exercício. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que menciona o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático dos stocks.



- vii. Pese embora as anotações a que já aludimos em relatórios anteriores, nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Directa (executados com meios do Município) somente são afectos à sua valorização os consumos de materiais não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício;
- viii. No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património continuar a não proceder à verificação física periódica dos bens do ativo imobilizado, de modo a controlar a permanência e integridade desses bens em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e, nessa conformidade, implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município.
- ix. A gestão do imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente atualização e, ainda, complementado com um controlo físico efetuado por amostragem ao longo do exercício.
- x. Reiteramos para o facto do Município:
- Não possuir folhas de abate/transfêrência de bens classificados como imobilizado devidamente atualizadas;
  - Não possuir projetos de execução de obras por administração directa, implicando o seu não reconhecimento e valorização e, também, a falta de registo contabilístico dos trabalhos efetuados pela própria entidade;
- xi. De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica. De referir que verificámos a existência de alguns bens etiquetados. Porém, as "folhas de carga" não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);
- xii. Anotamos, também, o facto de, não obstante o ponto 2.8.3. do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo se encontrar em fase de implementação, e sobre o qual anotamos as seguintes aspetos:
- Apenas os custos com matérias-primas estão a ser imputados diretamente às funções,
  - O uso/utilização de máquinas está configurado, mas os serviços não estão a imputar esses custos aos produtos/serviços como custos diretos, ou seja, não são relevados para efeito de determinação do custo do produtos (obra) ou serviço,
  - O custo hora da mão-de-obra está calculado mas também não esta a ser imputado às atividades.



- Todos os serviços estão configurados na aplicação de gestão de actividades.

### **3.2. Definição da Materialidade**

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno, o risco inerente associado a determinados saldos e/ou transações e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base os valores descritos no quadro abaixo, os quais foram retirados das demonstrações financeiras de 2015, incluindo os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, ajustámos a materialidade global em € 361.000,00 e a materialidade de execução em € 270.754,00.

	31-12-2015
Total do Activo Líquido	72.796.553
Fundos Próprios	32.776.346
Volume de Negócios	1.640.276
Receita Cobrada Bruta	10.605.454
Total de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Mapa XIX OE 2016)	6.720.425

### **3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões**

#### **1 – Disponibilidades**

##### **11 – Caixa**

Em relação à tesouraria foi feita a contagem física do Caixa e foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do Caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos (análise documental) feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 5.248,50

##### **12 – Depósitos em Instituições Financeiras**

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 3.681.234,32.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das 6 entidades circularizadas (Novo Banco, Millenium BCP, Santander Totta, C.G.D., Crédito Agrícola e Montepio) obtivemos resposta das 6 entidades.

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade e de verificação substantiva das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 6 (seis) contas bancárias estão adequadamente conciliadas.



Em relação às contas no banco “124 – CGD”, verificámos que existem abertas quatro contas bancárias. Todavia, na contabilidade apenas figura uma conta. Não obstante, reconciliámos, individualmente, cada uma das contas bancárias. Somos da opinião que, na contabilidade, deveriam ser criadas contas divisionárias de acordo com o número de contas bancárias que o Município tem em cada Instituição Bancária de modo a cada uma delas refletir somente os movimentos que efectivamente lhe dizem respeito.

Em síntese, temos:

Ind.	Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco Dependência	Saldo Extracto Banco	Items de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-2016
					Município			Banco				
					Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
1	1211	0007/0000960009	BES	899.481,92 €					960,82 €	0,45 €	0,00 €	900.442,29 €
2	1221	0033/00004304306	MILLENNIUM BCP	169.081,60 €							0,00 €	169.081,60 €
3	1231	0018/283485270001	SANTANDER TOTTA	40.745,88 €						0,42 €	0,00 €	40.743,46 €
4	1241	0035/00000112630	CGD	1.615.864,00 €		63.974,49 €			1.995,30 €	9.427,94 €	0,00 €	1.544.476,87 €
5	1241	0035/00000787630	CGD	297.458,56 €		3.888,05 €			632,25 €		0,00 €	294.202,76 €
6	1241	0035/00013638230	CGD	351.051,33 €							0,00 €	351.051,33 €
7	1241	0035/00013723030	CGD	105.405,13 €							0,00 €	105.405,13 €
8	1251	0045/40106768421	CCAM	266.108,01 €					16,01 €	0,01 €	0,00 €	266.124,01 €
9	1261	1442468/10	Montepio	9.705,87 €							0,00 €	9.705,87 €
				3.754.921,30 €	0,00 €	67.862,54 €	0,00 €	0,00 €	3.604,38 €	9.428,82 €	0,00 €	3.681.234,32 €

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária nada temos a salientar dado o tratamento tempestivo dos itens pendentes.

Continuam ativas duas garantias no Novo Banco, no montante total de 142.157,40 € e quatro garantias na Caixa Geral de Depósitos, no valor global de 20.125,41 €, as quais se encontram devidamente divulgadas no anexo.

## 2 – Terceiros

### 21 - Clientes

A rubrica de clientes não apresenta um saldo com materialidade significativa e o facto de serem, na sua quase totalidade, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efetuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo funcionam e permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados.

No que respeita a rubrica “217 – Clientes e utentes c/cauções” da análise efetuada aos saldos selecionámos 6 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos



e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 6 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, apenas respondeu 1 que confere.

Das 5 entidades de que não obtivemos resposta usámos procedimentos alternativos de auditoria apesar de, mesmo assim, não termos obtido a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade e que ascende ao montante global de € 13.360,00. A 31 de Dezembro a conta apresenta um saldo de € 49.580,21 registando um decréscimo de € 3.351,70 em relação ao ano anterior.

*Quadro das entidades circularizadas*

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2174	977	VIVADOURO CONSTRUÇÕES LDA	1.300,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2	2174	1291	ESTALAGEM STª CATARINA LDA	2.670,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
3	2174	1612	CARLOS AFONSO-CONSTRUÇÕES UNIPessoal LD	1.175,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
4	2174	1858	Manuel José Meirinhos	1.134,00 €	0,00 €	1.134,00 €	1	CONFERE
5	2174	2840	Pera e rodrigues, Lda	5.115,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
6	2174	3227	OLHAR O FRESNO. Ldª	3.100,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 22.936,36 cujas dívidas são referentes a rendas (bares), fornecimento de água e taxas referentes a painéis publicitários. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 18.029,99.

## 22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 3 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido às entidades credoras que nos respondessem a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviassem a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Das respostas obtivemos a confirmação dos saldos expressos na contabilidade do Município de Miranda do Douro.

*Quadro das entidades circularizadas*

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2211	347	ANTONIO AUGUSTO SANTOS LDA	0,00 €	14.722,81 €	-14.722,81 €	2	CONCILIADO
2	2211	1466	RESIDUOS DO NORDESTE BIM	0,00 €	41.272,11 €	-41.272,11 €	2	CONCILIADO
3	2211	3829	HEN - SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU



Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores, obtivemos a evidência considerada necessária nas circunstâncias para podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos, no que concerne às asserções mensuração e plenitude.

### 23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 5.921.846,26, em 31 de Dezembro de 2015, para € 5.051.332,49 em 31 Dezembro de 2016.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D., Millenium BCP, Novo Banco, CCA e Direção Geral do Tesouro). Obtivemos resposta de todas as entidades.

De acordo com os registos contabilísticos confirmámos a existência de dezoito linhas de crédito (empréstimos bancários de curto e de médio e longo prazo), das quais, as de curto prazo, se venceram e foram liquidadas no decurso do exercício de 2016. Verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e de verificação substantiva, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Banco	Conta	Saldo em 31-12-2016	Resposta Banco
CGD	2312111115	179.511,12 €	179.511,12 €
CGD	2312111128	0,00 €	0,00 €
CGD	2312111130	944.193,85 €	944.193,85 €
BCP	2312111203	100.374,02 €	100.374,02 €
BCP	2312111204	120.171,38 €	120.171,38 €
BES	2312111302	29.545,43 €	29.545,43 €
CA	2312111401	944.193,84 €	944.193,84 €
CGD	2312112118	5.538,96 €	5.538,96 €
CGD	2312112119	2.699,96 €	2.699,96 €
CGD	2312112120	3.498,92 €	3.498,92 €
CGD	2312112121	2.504,73 €	2.504,73 €
CGD	2312112122	3.428,42 €	3.428,42 €
CGD	2312112123	2.829,98 €	2.829,98 €
CGD	2312112124	78.345,89 €	78.345,89 €
CGD	2312112125	165.378,61 €	165.378,61 €
DGT	2312311101	778.000,00 €	778.000,00 €
DGTF	2312311103	1.521.846,83 €	1.521.846,83 €
CCAM	2312111402	169.270,55 €	169.270,55 €
		5.051.332,49 €	5.051.332,49 €
Total conta 23		5.051.332,49 €	
Diferença		0,00 €	





A 31 de Dezembro de 2016 os empréstimos bancários, em termos da dívida total do Município, representam 83%.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para a DGAL, através do portal Autárquico - SIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais,) apresenta uma margem disponível, por utilizar, de € 2.217.374,00, pese embora apenas só poder usar, no exercício económico subsequente, cerca de 20% da margem disponível nos termos previstos na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro.

#### 24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e a Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos/contribuições. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

No que concerne às contribuições da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações chamamos a atenção para o facto do registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, a 31 de Dezembro tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, o que se verifica apenas em Janeiro de 2017. Estimamos que as contribuições, a cargo do Município, relativas à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, sejam, referentes ao mês de Dezembro de 2016, de € 7.221,54 e € 28.570,25, respetivamente. Tal situação deverá ser corrigida na medida em que constitui uma desconformidade nos termos da normalização contabilística aplicável e uma subvalorização do passivo nesse valor.

Relativamente aos autoconsumos de água, dos testes alternativos de auditoria verificamos a emissão da respetiva fatura e concomitantemente a regularização do IVA. Verificámos que ao longo do exercício de 2016 o Município teve sempre IVA a recuperar, tendo fechado o ano com um reporte no valor de € 106.574,99, sem que tenha procedido ao pedido do seu reembolso.

#### 25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e



de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização (verificação da existência de fundos disponíveis), ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada não verificámos situações de incumprimento procedimental e processual no que concerne às diversas fases da despesa.

## 26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de "outros devedores e credores", seleccionámos 4 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e nos enviasse a respetiva conta corrente.

Dessas 4 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 3. Destas 3 entidades conferimos 1 e foi-nos possível conciliar 2.

### Quadro das entidades circularizadas

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2685411	8	INERTIL SOCIEDADE PRODUTORA INERTES LDA	124.037,13 €	0,00 €	124.037,13 €	2	CONCILIADO
2	2685411	14	CEGM - SOCIEDADE DE CONTRUÇÕES LDA	19.440,43 €	49.419,25 €	-29.978,82 €	2	CONCILIADO
3	2685411	15	SILVA & PRETO, LDA	20.626,53 €	20.626,53 €	0,00 €	1	CONFERE
4	2685411	3356	FESAPI, RECONSTRUÇÃO, LDA	31.212,75 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

### Resumo de entidades circularizadas

RESUMO DOS RESULTADOS DA CIRCULARIZAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		% T.BALANCETE DEZ. ANO N
	Nº	% CIRC.	EUROS	% CIRC.	
RESPOSTAS CONCORDANTES	1	25%	20.627	11%	2,98%
RESPOSTAS DISCORDANTES	2	50%	143.478	73%	20,70%
- Valores Comprovados	2	50%	143.478	73%	20,70%
- Valores Não Comprovados	0	0%	0	0%	0,00%
RESPOSTAS NÃO OBTIDAS	1	25%	31.213	16%	4,50%
- Valores Comprovados	0	0%	0	0%	0,00%
- Valores Não Comprovados	1	25%	31.213	16%	4,50%
COBRANÇAS DUVIDOSAS	0	0%	0	0%	0,00%
TOTAIS	4	100%	195.317	100%	28,18%

RESUMO GLOBAL em 31/DEZ.	QUANTIDADE		VALOR	
	Nº	%	EUROS	%
TOTAL CIRCULARIZADO	4	3%	195.317	28%
TOTAL NÃO CIRCULARIZADO	117	97%	497.696	72%
TOTAL	121	100%	693.012	100%

Não obstante, termos procedido ao teste de circularização de saldos das contas de “Outros Devedores e Credores” (essencialmente constituídos por empresas prestadoras de serviços de empreitadas de obras públicas) e, não obstante, termos obtido um número de respostas razoável, e mesmo utilizando procedimentos alternativos de auditoria, não nos foi possível obter a evidência necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade de saldos no valor global € 31.212,75.

Face às circunstâncias descritas e à materialidade definida para esta área, a evidência obtida permite-nos formar opinião sobre a razoabilidade dos saldos de fornecedores / outros credores, designadamente quanto à verificação das asserções mensuração e existência.

## 27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios, nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência.

Rubrica	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Desvio %
27	<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS</b>	<b>-5.620.568,46</b>	<b>-5.415.527,85</b>	<b>205.040,61</b>	<b>-3,6%</b>
271	<b>Acréscimos de proveitos</b>	<b>761.079,10</b>	<b>658.008,71</b>	<b>-103.070,39</b>	<b>-13,5%</b>
2719	Outros acréscimos de proveitos	761.079,10	658.008,71	-103.070,39	-13,5%
272	<b>Custos diferidos</b>	<b>13.405,50</b>	<b>20.727,12</b>	<b>7.321,62</b>	<b>54,6%</b>
273	<b>Acréscimos de custos</b>	<b>-531.461,78</b>	<b>-540.588,91</b>	<b>-9.127,13</b>	<b>1,7%</b>
2732	Renumeracoes a liquidar	-331.624,04	-338.948,66	-7.324,62	2,2%
2733	Juros a liquidar	-9.248,90	-9.011,48	237,42	-2,6%
2739	Outros acréscimos de custos	-190.588,84	-192.628,77	-2.039,93	1,1%
274	<b>Proveitos diferidos</b>	<b>-5.863.591,28</b>	<b>-5.553.674,77</b>	<b>309.916,51</b>	<b>-5,3%</b>
2745	Subsidios para investimentos	-5.863.591,28	-5.553.674,77	309.916,51	-5,3%

### *Acréscimos de Proveitos*

Esta rubrica apresenta um saldo de € 658.008,71, desagregado da seguinte forma: € 592.730,68 referente à estimativa da coleta do imposto Municipal sobre Imóveis, € 8.532,77 do Imposto único de Circulação e € 5.109,38 do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, referentes a 2016 e cobrados em 2017. Conforme se pode verificar pelo quadro acima face ao período homólogo existe uma diminuição de € 103.070,39, sendo explicado pela diminuição significativa do imposto Municipal sobre Imóveis.

### *Custos Diferidos*

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguro em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2016.



### Acréscimos de Custos

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2017, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por motivo de férias, subsídio de férias, juros a liquidar e, faturas datadas de 2016 mas rececionadas em 2017.

### Proveitos Diferidos

Nas contas do Município, esta rubrica, reflecte os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos em ativos imobilizados corpóreos e em bens de domínio público.

### 29 – Provisões

Do teste de circularização efetuado ao advogado/jurista, verificámos a existência de diversos processos interpostos contra o Município. O valor global desses processos ascende a € 1.564.086,00, não tendo sido efetuada nenhuma reversão ou reforço de provisão no decorrer do exercício de 2016 conforme se pode verificar no quadro abaixo, pelo facto de não ter havido alterações em relação a 2015.

Autor	Reú	Tribunal/Entidade	Valor da Acção/Coima	Inicial	Anulação	Reforço	Constituição	Final
Antonio Alberto M. Nunes	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	20.000,00 €	20.000,00 €				20.000,00 €
Alfredo Jacoto e outros	Município		indeterminável	23.510,00 €				23.510,00 €
ARH	Município	ARH	60.000,00 € - 70.000,00 €	60.000,00 €				60.000,00 €
IGAOT	Município	IGAOT	38.500,00 € - 70.000,00 €	35.800,00 €				35.800,00 €
ICNB	Município	ICNB	200.000,00 € - 2.544,80 €	19.250,00 €				19.250,00 €
Ersar - Entidade reguladora dos Serviços de Agua	Município	ERSAR	2.500,00 € - 44.890,00 €	22.445,00 €				22.445,00 €
Ersar - Entidade reguladora dos Serviços de Agua	Município	ERSAR	2.500,00 € - 44.890,00 €	22.445,00 €				22.445,00 €
STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	5.001,00 €	5.001,00 €				5.001,00 €
Socibrat, Lda	Município	Tribunal Ad. E Fiscal de Mirandela	Indeterminável	- €				- €
ASAE	Município	EAMD-ASAE	500 € - 5.000,00 €	- €				- €
ASAE	Município	EAMD-ASAE (duas infrações)	1.000 € - 5.000,00 € e 500 € - 5.000,00 €	- €				- €
ANSR - AUT. NAC. SEG. RODO	Município	ANSR	120,00 €	- €				- €
ANSR - AUT. NAC. SEG. RODO	Município	ANSR	120,00 €	- €				- €
TOTAL (Média)			1.564.086,00 €	208.451,00 €	- €	- €	- €	208.451,00 €



### 3 - Inventário/Existências

Verificámos que o registo dos materiais que se destinam às obras é feito, para cada obra, através de uma folha de obra para registar os consumos requisitados ao armazém.

De notar que a não existência de controlo físico dos consumos de materiais associados às obras em curso realizadas por administração directa (os materiais são colocados directamente nas obras sem passarem pelo controlo físico do pessoal do armazém), se traduz numa subvalorização do ativo e do capital próprio do Município. Apesar do Município tenha implementada a contabilidade de custos, não se encontra totalmente em funcionamento conforme referimos no ponto 3.1 alínea xii).

Procedemos à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais, por conta e por artigo. Dessa análise não detetámos distorções materialmente relevantes, pelo que damos como verificada as asserções da mensuração existência e respetiva valorização.

Relativamente ao teste às contagens físicas chamamos à atenção para os seguintes aspectos:

- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificámos que vão directamente para as obras por administração directa, sem que haja um controlo rigoroso (registo de armazém, ou seja, entrada/saída);
- Da confirmação que fizemos às contagens realizadas verificamos a existência de determinados artigos com elevadas quantidades mas com reduzida rotação de stock.

A 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “36 – Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo” possui um saldo de € 104.025,45.

### 4 – Imobilizado

#### 41- Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2016 esta rubrica não teve nenhum registo contabilístico. Em 31 de Dezembro de 2016 apresenta um saldo € 798.521,47.

#### 42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correcções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração.



**Imobilizado Corpóreo**  
**Resumo do movimento Anual**

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2015	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2016
Nº	Descrição			Aumentos	Alienações	Transferênc. e Abates	
421	Terrenos e Recursos Naturais		1.874.986,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.874.986,46 €
422	Edifícios e O.Construções		4.152.020,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.152.020,16 €
423	Equipamento Básico		642.854,12 €	23.674,55 €	0,00 €	0,00 €	666.528,67 €
424	Equipamento de Transporte		666.922,67 €	26.445,00 €	0,00 €	0,00 €	693.367,67 €
425	Ferramentas e Utensílios		231.453,56 €	16.907,82 €	0,00 €	0,00 €	248.361,38 €
426	Equipamento Administrativo		1.190.531,05 €	19.607,66 €	0,00 €	0,00 €	1.210.138,71 €
427	Taras e Vasilhames		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas		340.027,30 €	967,61 €	0,00 €	0,00 €	340.994,91 €
			9.098.795,32 €	87.602,64 €	0,00 €	0,00 €	9.186.397,96 €
	Mapas de Amortizações						
	Valor verificado :			74.186,93 €	0,00 €	0,00 €	
				85%	#DIV/0!	#DIV/0!	

**43- Imobilizado Incorpóreo**

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, não se verificaram registos no decurso do exercício de 2016, apresentando um saldo de € 352.034,41.

**44 - Imobilizado em Curso**

**Imobilizado Em Curso**  
**Resumo do movimento Anual**

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2015	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2016
Nº	Descrição			Aumentos	Abates	Transferênc.	
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público		10.332,35	522.994,97	0,00	-100.523,51	432.803,81
			10.332,35	522.994,97	0,00	-100.523,51	432.803,81
	Valor verificado :			286.010,18		-100.523,51	
				55%		100%	

*Handwritten signature*



Dai que tal situação produza uma infra valoração dos ativos e, por consequência, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

De assinalar que numa ótica orçamental essa despesa é tratada como despesa corrente quando, em alguns casos, é, pela sua natureza e destino, despesa de capital.

Por insuficiência documental não nos foi possível efectuar um levantamento das obras realizadas por administração direta de forma a aferir com fiabilidade os custos suportados pelo Município relacionados com cada obra e a essa não imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

### **Amortizações**

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando a correlação entre a aplicação POCAL e a aplicação de gestão do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, conseqüentemente, às amortizações do período não verificamos qualquer distorção.

### **5 - Fundos Próprios**

As rubricas de Património mantêm-se inalteradas desde Dezembro de 2015. No que respeita à rubrica “57 – Reservas” foi reconhecido o reforço de € 5.000,00 do resultado líquido de 2015 e, na rubrica “59 – Resultados Transitados”, verificámos a aplicação de resultados de 2015, o registo de correcções associadas aos projectos “Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas” e “Construção de Aduaras no Concelho de Miranda do Douro Fase 1”, o reconhecimento da comparticipação nas despesas de funcionamento do 2º semestre 2015 da Associação de Município do Douro Superior e a regularização do IVA associado aos serviços de advocacia prestados pelo Dr. António Neto nos anos de 2012, 2013 e 2014 que, por lapso emitiu as faturas com taxa de IVA de 6% quando deveria ter sido de 23% originando um diferença para mais de 17pp.

O quadro abaixo evidência os movimentos ocorridos, em 2016, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios:

Rubrica	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-32.750.835,34	-33.065.179,49	-314.344,15	1,0%
51	PATRIMONIO	-18.760.107,19	-18.760.107,19	0,00	0,0%
57	RESERVAS	-1.450.787,17	-1.455.787,17	-5.000,00	0,3%
571	Reservas legais	-924.952,70	-929.952,70	-5.000,00	0,5%
576	Doacoes	-525.834,47	-525.834,47	0,00	0,0%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-12.539.940,98	-12.849.285,13	-309.344,15	2,5%





## 6 – Custos e proveitos

### 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	420.617,37	444.540,45	23.923,08	5,69%
616	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	420.617,37	444.540,45	23.923,08	5,69%
6161	Materias-primas	85.012,71	67.772,59	-17.240,12	-20,28%
6163	Materiais diversos	335.604,66	373.073,52	37.468,86	11,16%
6165	Materiais de Escritorio	0,00	3.694,34	3.694,34	#DIV/0!

#### 2. Trabalho Efectuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

#### 3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração directa).

### 62 – Fornecimentos e Serviços Externos

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	3.027.796,27	2.974.057,17	-53.739,10	-1,77%
621	Subcontratos	1.074.573,90	1.057.685,91	-16.887,99	-1,57%
62102	SERVIÇOS DE RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	329.201,71	328.835,93	-365,78	-0,11%
62104	LIMPEZA URBANA	144.764,23	154.358,99	9.594,76	6,63%
62106	ILUMINAÇÃO PUBLICA	430.570,99	396.947,56	-33.623,43	-7,81%
62107	TRANSPORTES ESCOLARES	169.658,97	177.543,43	7.884,46	4,65%
62108	CANTINAS ESCOLARES	378,00	0,00	-378,00	-100,00%
622	Fornecimentos e servicos	1.953.222,37	1.916.371,26	-36.851,11	-1,89%
62211	Electricidade	685.260,63	655.016,11	-30.244,52	-4,41%
62212	Combustiveis	146.354,50	155.781,35	9.426,85	6,44%
62217	Material de Escritorio	162,00	1.047,60	885,60	546,67%
62218	Artigos para oferta	6.085,00	539,96	-5.545,04	-91,13%
62219	Rendas e alugueres	139.425,50	139.409,79	-15,71	-0,01%
62221	Despesas de representacao	2.427,26	3.133,09	705,83	29,08%
62222	Comunicacao	77.908,56	78.741,75	833,19	1,07%
62223	Seguros	49.228,46	53.294,42	4.065,96	8,26%
62225	Transportes de mercadorias	13.322,06	12.016,78	-1.305,28	-9,80%
62226	Transportes de pessoal	13.011,41	22.932,88	9.921,47	76,25%
62227	Deslocaoes e estadas	5.033,61	3.264,60	-1.769,01	-35,14%
62232	Conservacao e reparacao	202.543,36	118.867,89	-83.675,47	-41,31%
62233	Publicidade e propaganda	6.508,02	6.591,83	83,81	1,29%
62234	Limpeza, higiene e conforto	0,00	477,34	477,34	#DIV/0!
62236	Trabalhos especializados	390.253,71	485.545,98	95.292,27	24,42%
62290	Encargos de cobranca	21.907,78	17.566,20	-4.341,58	-19,82%
62298	Outros fornecimentos e servicos	188.775,72	161.427,30	-27.348,42	-14,49%
62299	OUTROS	5.014,79	716,39	-4.298,40	-85,71%

## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

## 3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica de “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2015, diminui € 53.739,10, ou seja, 1,77%.

### 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	557.715,76	721.890,68	164.174,92	29,44%
631	Transferências correntes concedidas	504.881,35	671.191,20	166.309,85	32,94%
6313	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	88.783,84	225.852,91	137.069,07	154,39%
6315	SEGURANÇA SOCIAL	5.021,38	7.031,33	2.009,95	40,03%
6316	OUTROS SETORES INSTITUCIONAIS	411.076,13	438.306,96	27.230,83	6,62%
632	Subsídios correntes concedidos	52.834,41	50.699,48	-2.134,93	-4,04%
6322	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS	0,00	14.227,31	14.227,31	ND/V/O!
6323	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	42.889,41	24.817,17	-18.072,24	-42,14%
6326	OUTROS SECTORES INSTITUCIONAIS	9.945,00	11.655,00	1.710,00	17,19%

## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

## 3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram, globalmente, € 164.174,92. Salientamos o aumento de transferências efetuadas para a Administração Autárquica (Juntas de Freguesia) no âmbito dos protocolos de delegação de competências.

**64 – Custos com Pessoal****1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2.883.854,63	2.805.363,20	-78.491,43	-2,72%
641	Remuneracoes dos membros dos orgaos autarquicos	136.608,15	141.428,69	4.820,54	3,53%
642	Remuneracoes do pessoal	2.087.728,16	2.081.588,94	-6.139,22	-0,29%
6421	Remuneracao base do pessoal	1.870.722,11	1.876.479,35	5.757,24	0,31%
64211	RCTFP por tempo indeterminado	1.645.198,13	1.646.200,20	1.002,07	0,06%
64212	RCTFP a Termo Resolutivo	14.396,51	16.239,20	1.842,69	12,80%
64213	Pessoal em qualquer outra situacao	131.264,74	127.935,95	-3.328,79	-2,54%
64214	Outras Situacoes	79.862,73	86.104,00	6.241,27	7,81%
6422	Suplementos de remuneracoes	203.653,40	193.792,05	-9.861,35	-4,84%
6423	Prestacoes sociais directas	13.352,65	11.317,54	-2.035,11	-15,24%
643	Pensoes	35.699,37	6.961,42	-28.737,95	-80,50%
645	Encargos sobre remuneracoes	458.648,38	456.213,92	-2.434,46	-0,53%
6452	Seguranca social dos funcionarios RCTFP	375.173,25	369.402,46	-5.770,79	-1,54%
6453	Seguranca social - regime geral	83.475,13	86.811,46	3.336,33	4,00%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doencas profiss	28.255,99	13.258,82	-14.997,17	-53,08%
648	Outros custos com pessoal	136.914,58	105.911,41	-31.003,17	-22,64%
6481	Despesas de saude	125.295,21	104.217,54	-21.077,67	-16,82%
6483	Subsidio de maternidade/paternidade	11.619,37	1.693,87	-9.925,50	-85,42%

**2. Trabalho Efetuado**

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

**3. Conclusões**

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações suscetíveis de ser evidenciadas, pelo que verificamos o cumprimento da asserção da mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de Dezembro, conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia que implique qualquer anotação.

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2015, os custos com o pessoal sofreram uma diminuição de, aproximadamente, € 78.491,43, ou seja, o equivalente a 2,72%.

## 65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	236,43	32.427,04	32.190,61	13615,28%
652	Quotizações	0,00	5.057,14	5.057,14	#DIV/0!
658	Outros custos e perdas operacionais	236,43	27.369,90	27.133,47	11476,32%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

### 3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica apresenta um saldo de € 32.190,61 sendo este aumento justificado pela faturação dos autoconsumos de água.

## 66 – Amortizações do Exercício

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.831.289,79	2.809.793,17	-21.496,62	-0,76%
662	Imobilizações corpóreas	409.472,30	378.262,70	-31.209,60	-7,62%
6622	Edifícios e outras construções	140.300,11	139.549,73	-750,38	-0,53%
6623	Equipamento básico	89.544,62	87.223,40	-2.321,22	-2,59%
6624	Equipamento de transporte	65.319,17	67.963,63	2.644,46	4,05%
6625	Ferramentas e utensílios	16.878,09	17.063,65	185,56	1,10%
6626	Equipamento administrativo	80.766,49	50.873,58	-29.892,91	-37,01%
6628	Outras imobilizações corpóreas	16.663,82	15.588,71	-1.075,11	-6,45%
665	Bens de domínio público	2.421.817,49	2.431.530,47	9.712,98	0,40%
6652	Edifícios	282.122,58	282.122,54	-0,04	0,00%
6653	Outras construções e infraestruturas	1.978.130,42	1.987.843,45	9.713,03	0,49%
6655	Bens de património histórico, artístico e cultural	3.717,96	3.717,96	0,00	0,00%
6659	Outros bens de domínio público	157.846,53	157.846,52	-0,01	0,00%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação da gestão do património com os valores constantes na contabilidade.

### 3. Conclusões

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração e verificámos a manutenção da política contabilística da consistência. A diminuição registada face ao período homólogo justifica-se pelo elevado número de bens da rubrica “Equipamento Administrativo” que se encontrarem totalmente amortizados.

## 67 – Provisões do Exercício

Esta rubrica apresenta um saldo nulo em 31 de Dezembro de 2016, ou seja, não se verificou a necessidade de proceder ao reforço das provisões já reconhecidas. Mantêm-se os processos de anos anteriores que já se encontram totalmente provisionados.

## 68 – Custos e Perdas Financeiras

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	255.323,62	135.134,09	-120.189,53	-47,07%
681	Juros suportados	233.007,16	117.179,13	-115.828,03	-49,71%
68112	De médio e longo prazo	156.463,66	117.179,13	-39.284,53	-25,11%
6812	OUTROS JUROS	76.543,50	0,00	-76.543,50	-100,00%
683	Amortizações de investimentos em imóveis	2.585,31	2.585,32	0,01	0,00%
688	Outros custos e perdas financeiros	19.731,15	15.369,64	-4.361,51	-22,10%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

### 3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 120.189,53, comparativamente a igual período do ano anterior.

A diminuição registada na conta “ 6812 – Outros Juros” no montante de € 76.543,50 deve-se, essencialmente, ao pagamento no exercício de 2015 dos juros associados ao processo no TAF de Mirandela, no valor de € 72.044,83.

## 69 – Custos e Perdas Extraordinárias

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	290.165,97	107.816,31	-182.349,66	-62,84%
691	Transferências de capital concedidas	285.516,77	80.000,00	-205.516,77	-71,98%
6913	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	215.516,77	0,00	-215.516,77	-100,00%
6916	OUTROS SECTORES INSTITUCIONAIS	70.000,00	80.000,00	10.000,00	14,29%
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	1.726,27	1.726,27	#DIV/0!
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	702,29	3.372,95	2.670,66	380,28%
698	Outros custos e perdas extraordinários	3.946,91	22.717,09	18.770,18	475,57%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.



### 3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo de 2015, os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, € 182.349,66. A rubrica mais representativa na expressão dos custos extraordinários e que mais contribuiu para esta variação foi a “6913 – Administração autárquica”.

Em suma, não foram detetados erros ou omissões que mereçam reparo, o que nos permite dar como verificadas a asserções mensuração e plenitude.

## 7 – Proveitos e Ganhos

### 71 – Vendas e Prestação de Serviços

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	-693.903,21	-660.810,42	-33.092,79	-5%
711	Vendas	-225.057,54	-213.077,76	-11.979,78	-5%
7112	Produtos acabados e Intermedios	-209.898,18	-200.969,41	-8.928,77	-4%
7114	VENDA DE OUTROS BENS	-15.159,36	-12.108,35	-3.051,01	-20%
712	Prestacoes de servicos	-468.845,67	-447.732,66	-21.113,01	-5%
7121	Serviços Específicos das Autarquias	-347.343,95	-330.783,28	-16.560,67	-5%
7122	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DES	-45.646,18	-47.978,24	2.332,06	5%
7123	OUTROS SERVIÇOS	-75.855,54	-68.971,14	-6.884,40	-9%

#### 2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

### 3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2015, as vendas e prestação de serviços registaram uma diminuição no valor de € 33.092,79, ou seja, 5%. As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição foram a “7121 – Serviços Específicos das Autarquias” e “7123 – Outros Serviços”, parcialmente justificado com a diminuição dos consumos de água e, concomitantemente, a redução das tarifas associadas ao serviço de saneamento e Recolha de RSU.

**72 – Impostos e Taxas****1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
72	<b>IMPOSTOS E TAXAS</b>	<b>-946.372,95</b>	<b>-910.876,74</b>	<b>-35.496,21</b>	<b>-4%</b>
721	Impostos directos	-905.253,05	-848.893,63	-56.359,42	-6%
722	Impostos indirectos	-21.219,42	-20.612,96	-606,46	-3%
724	Taxas	-50.022,38	-40.520,10	-9.502,28	-19%
725	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	29.491,38	2.000,95	27.490,43	-93%
726	Anulacoes	3.703,52	0,00	3.703,52	-100%
728	Outros	-3.073,00	-2.851,00	-222,00	-7%

**2. Trabalho Efetuado**

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos analíticos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica.

**3. Conclusões**

A variação negativa ocorrida na rubrica “impostos e taxas”, no valor de € 35.496,21, deve-se, em grande parte, à diminuição dos proveitos associados ao IMI e IMT.

**74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos****1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
74	<b>TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS</b>	<b>-6.973.198,51</b>	<b>-6.974.878,66</b>	<b>1.680,15</b>	<b>0%</b>
7421	Administracoes publicas	-6.911.036,45	-6.972.855,85	61.819,40	1%
74211	Orcamento do Estado	-6.645.027,77	-6.726.453,41	81.425,64	1%
742111	TRANSFERENCIAS CORRENTES	-6.017.262,77	-6.090.051,41	72.788,64	1%
742112	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-627.765,00	-636.402,00	8.637,00	1%
74212	Fundos e servicos autonomos	-266.008,68	-246.402,44	-19.606,24	-7%
7424	RESTO DO MUNDO	-62.162,06	-2.022,81	-60.139,25	-97%

**2. Trabalho Efetuado**

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2016 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

### 3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2016 não verificámos qualquer diferença em relação ao valor registado pelo Município.

## 75 – Trabalhos para a Própria Entidade

### 1. Conteúdo

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

### 3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração direta e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras e de vários ativos imobilizados, o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios, sem embargo do Município dispor de um sistema de contabilidade analítica/custos mas, o qual, não se encontra totalmente em funcionamento conforme referimos no ponto 3.1 alínea xii), não nos permitindo obter evidência sobre o valor desses trabalhos.

Reiteramos a necessidade do Município imputar todos os custos às obras realizadas por administração direta para que os resultados não se encontrem subvalorizados e sejam mais fidedignos. Todavia, das indagações junto do chefe de divisão financeira, obtivemos a informação de que, no decorrer de 2016, não foram realizadas obras por administração direta susceptíveis de serem capitalizadas.

## 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-1.005.484,45	-1.075.691,89	70.207,44	7%
781	Juros obtidos	-38,98	0,00	-38,98	-100%
783	Rendimentos de imóveis	-1.005.445,47	-1.075.691,89	70.246,42	7%

25



## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

## 3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 70.207,44, devendo-se do aumento do valor de € 458.542,19 de 2015 para € 516.531,07 em 2016, da transferência da EDP ao abrigo do Protocolo celebrado com a ANMP – Rendas dos Centros electroprodutores.

### 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2015	31-12-2016		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	-673.551,13	-410.693,74	-262.857,39	-39%
794	Ganhos em imobilizacoes	-1.500,00	0,00	-1.500,00	-100%
795	Beneficios de penalidades contratuais	-2.887,44	-897,28	-1.990,16	-69%
796	Reducoes de amortizacoes e provisoes	-262.318,27	0,00	-262.318,27	-100%
797	Correccoes relativas a exercicios anteriores	-5.390,00	0,00	-5.390,00	-100%
798	Cutros proveitos de ganhos extraordinarios	-401.455,42	-409.796,46	8.341,04	2%

#### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

#### 3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram uma diminuição, em termos globais, de € 262.857,39. As variações mais significativas e que mais contribuíram para esta diminuição, ocorreram na rubrica “796 – Reduções de Amortizações e Provisões” com um decréscimo de € 262.318,27.

#### 3.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detetamos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.

### 3.5. Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

### 3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

<b>DESPESA</b>				
<b>Corrente</b>	<b>Valores</b>			
	<b>Orçado</b>	<b>Pago</b>	<b>Variação</b>	<b>%</b>
01-Despesa com pessoal	2.929.327,66	2.810.113,57	-119.214,09	-4,07%
02-Aquisição de bens e serviços	4.170.048,93	3.471.170,83	-698.878,10	-16,76%
03-Juros e outros encargos	146.763,00	117.416,55	-29.346,45	-20,00%
04-Transferências correntes	743.527,49	679.095,10	-64.432,39	-8,67%
05-Subsídios	36.482,17	36.472,17	-10,00	-0,03%
06-Outras despesas correntes	55.814,96	49.842,57	-5.972,39	-10,70%
	<b>8.081.964,21</b>	<b>7.164.110,79</b>	<b>-917.853,42</b>	<b>-11,36%</b>
<b>Capital</b>				
07-Aquisições de bens de capital	2.720.597,01	611.236,84	-2.109.360,17	-77,53%
08-Transferências e capital	249.227,32	94.227,31	-155.000,01	-62,19%
09-Activos financeiros	77.657,00	77.657,00	0,00	0,00%
10-Amortização empréstimos	1.053.226,29	1.039.794,32	-13.431,97	-1,28%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	<b>4.100.707,62</b>	<b>1.822.915,47</b>	<b>-2.277.792,15</b>	<b>-55,55%</b>
<b>Totais de Despesas</b>	<b>12.182.671,83</b>	<b>8.987.026,26</b>	<b>-3.195.645,57</b>	<b>-26,23%</b>

Como se pode apurar pela análise do quadro supra as despesas correntes, face ao orçamentado, apresentam um desvio, para menos, de € 917.853,42, ou seja, 11,36%. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a “02 – Aquisição de bens e serviços” com uma variação favorável de € 698.878,10.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 2.277.792,15, tendo a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” apresentado uma variação, para menos, de € 2.109.360,17, sendo este o maior peso na diminuição global das despesas de capital.



RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	953.059,50	958.627,13	5.567,63	0,58%
02- Impostos indirectos	24.509,41	20.557,48	-3.951,93	-16,12%
04- Taxas multa e penalidades	57.387,12	45.953,24	-11.433,88	-19,92%
05- Rendimentos propriedade	1.024.502,01	1.182.654,68	158.152,67	15,44%
06- Transferencias correntes	6.409.885,38	6.343.029,37	-66.856,01	-1,04%
07- Vendas de bens e serviços	777.909,44	642.945,51	-134.963,93	-17,35%
08- Outras receitas correntes	18.361,19	16.862,76	-1.498,43	-8,16%
	<b>9.265.614,05</b>	<b>9.210.630,17</b>	<b>-54.983,88</b>	<b>-0,59%</b>
<b>Capital</b>				
09- Venda de bens de investimento	10,00	0,00	-10,00	-100,00%
10- Transferencias de capital	857.825,31	1.206.762,65	348.937,34	40,68%
11 - Activos Financeiros	23.500,00	0,00	-23.500,00	-100,00%
12- Passivos financeiros	393.429,10	169.270,55	-224.158,55	-56,98%
13- Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Receitas de capital	<b>1.274.764,41</b>	<b>1.376.033,20</b>	<b>101.268,79</b>	<b>7,94%</b>
15- Outras receitas	500,00	11.504,99	11.004,99	
	<b>1.275.264,41</b>	<b>1.387.538,19</b>	<b>112.273,78</b>	<b>8,80%</b>
16- saldo gerencia anterior	1.641.793,37	1.641.793,37		
	<b>12.182.671,83</b>	<b>12.239.961,73</b>	<b>57.289,90</b>	<b>0,47%</b>
Saldo gerencia seguinte				
	<b>3.252.935,47</b>			

No que concerne às receitas correntes verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 54.983,88, conforme se alcança através da análise do quadro anterior. A rubrica que maior peso teve na diminuição das receitas correntes foi a "06 – Transferências correntes" com uma variação desfavorável de € 66.856,01 e a rubrica "07 – Vendas de bens e serviços" com uma variação desfavorável de € 134.963,93.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um acréscimo, face ao orçamentado, de € 112.273,78, tendo a rubrica "10 – Transferência de capital" aumentado € 348.937,34.

### 3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2016 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:



Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	1.641.793,37	1.641.793,37	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	9.265.614,05	9.210.630,17	99,41%
4 - Despesa Corrente	8.081.964,21	7.164.110,79	88,64%
5 - Receita de Capital	1.275.264,41	1.387.538,19	108,80%
6 - Despesa de Capital	4.100.707,62	1.822.915,47	44,45%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	12.182.671,83	12.239.961,73	100,47%
8 - Despesa Total (4+6)	12.182.671,83	8.987.026,26	73,77%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital superou o orçamentado, com uma execução de 108,80%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 26%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se nos 44,45%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 87,12% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projecções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2016.

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
a. Receita Corrente	9.265.614,05	9.210.630,17	99,41%
b. Despesa Corrente	8.081.964,21	7.164.110,79	88,64%
c. Amortizações Médias de Emprést. MLP	0,00	826.054,45	#DIV/0!
Saldo (a-b-c)	1.183.649,84	1.220.464,93	103,11%
5% da Receita Corrente	463.280,70	460.531,51	99,41%
Saldo < ou = a majoração de 5% Receita Corrente		NÃO	
Saldo > que a majoração de 5% Receita Corrente	Equilíbrio Orçamental		

### 3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro seguinte não apurámos diferenças materialmente relevantes entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIIAL, com a exceção do mês de Outubro. Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo-se o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.



**FUNDOS DISPONIVEIS**

(valores em Euros)

**Teste aos Fundos Disponiveis SIAL vs POCAL**

Mês	Dados Extraídos do SIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIAL vs POCAL
Janeiro	2.210.584,95	2.210.584,95	-
Fevereiro	1.979.724,31	1.979.724,31	-
Março	1.986.070,24	1.986.070,24	-
Abril	1.739.934,00	1.739.934,00	-
Mai	2.914.102,07	2.914.102,07	-
Junho	3.366.868,80	3.366.868,80	-
Julho	3.496.395,06	3.496.395,06	-
Agosto	950.745,50	950.745,50	-
Setembro	544.337,69	544.337,69	-
Outubro	2.167.587,59	2.167.604,59	- 17,00
Novembro	2.575.117,87	2.575.117,87	-
Dezembro	2.699.453,32	2.699.453,32	-

**3.9. E-fatura vs POCAL**

24 - Estado

(valores em Euros)

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste a correlação entre dados comunicados via E-fatura vs Declarações periódicas de IVA

Período	Dados E-fatura		Período	Declaração Periódica de IVA			Desvio	
	Valor do IVA	Valor Total		Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	1.202,49	49.037,85	1º Trimestre	4.939,42	62.297,21	67.236,63	51,47	- 282.303,85
Fevereiro	1.380,44	47.804,22						
Março	2.305,02	252.698,41						
Abril	1.322,57	50.055,28	2º Trimestre	4.179,99	60.699,76	64.879,75	3,00	- 606.134,06
Mai	1.240,93	566.485,36						
Junho	1.613,49	54.473,17						
Julho	2.222,62	167.384,66	3º Trimestre	7.408,53	92.616,85	100.025,38	0,13	- 320.374,56
Agosto	2.898,43	80.388,87						
Setembro	2.287,61	172.626,41						
Outubro	2.770,80	71.030,55	4º Trimestre	6.583,27	79.785,32	86.368,59	2,31	- 105.349,19
Novembro	2.081,91	63.334,72						
Dezembro	1.728,25	57.352,51						
	23.054,56	1.632.672,01		23.111,21	295.399,14	318.510,35	56,65	- 1.314.161,66

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributaria verificámos as diferenças acima identificadas. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças serem de reduzido valor, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de valor significativo. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (operações isentas e operações tributadas).

### 3.10. Análise económico-financeira

#### 3.8.1. Análise Económica

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2015/2016:

Rubricas	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Variação %
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	693.903,21	660.810,42	- 33.092,79	-5%
72	IMPOSTOS E TAXAS	946.372,95	910.876,74	- 35.496,21	-4%
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	6.973.198,51	6.974.878,66	1.680,15	0%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	1.005.484,45	1.075.691,89	70.207,44	7%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	673.551,13	410.693,74	- 262.857,39	-39%
	<b>Total dos Proveitos</b>	<b>10.292.510,25</b>	<b>10.032.951,45</b>	<b>- 259.558,80</b>	<b>-3%</b>
61	CMVMC	420.617,37	444.540,45	23.923,08	6%
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	3.027.796,27	2.974.057,17	- 53.739,10	-2%
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	557.715,76	721.890,68	164.174,92	29%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2.883.854,63	2.805.363,20	- 78.491,43	-3%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	236,43	32.427,04	32.190,61	13615%
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.831.289,79	2.809.793,17	- 21.496,62	-1%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	255.323,62	135.134,09	- 120.189,53	-47%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	290.165,97	107.816,31	- 182.349,66	-63%
	<b>Total dos Custos</b>	<b>10.266.999,84</b>	<b>10.031.022,11</b>	<b>- 235.977,73</b>	<b>-2%</b>
	<b>Proveito - Custos</b>	<b>25.510,41</b>	<b>1.929,34</b>	<b>- 23.581,07</b>	<b>-92%</b>

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2015 o Município registou uma diminuição de € 259.558,80 no total dos proveitos;
- Relativamente aos custos verifica-se uma diminuição global de € 235.977,73, ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da conta de exploração, originando uma diminuição do resultado líquido em € 23.581,07;
- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuíram para esta diminuição foram as de “Fornecimentos e Serviços Externos” com € 53.739,10 e “Custos e Perdas Extraordinárias” com uma variação de € 182.349,66;
- O Cash-flow (meios libertos) decorrentes do somatório do resultado do período e das amortizações do exercício ascenderam a € 2.811.722,51;



- Face ao inscrito no quadro acima chamamos a atenção para os compromissos assumidos no âmbito do P.A.E.L., particularmente no que se refere à obrigatoriedade de redução das despesas com transferências para entidades terceiras.
- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, se traduz numa subvalorização dos resultados.

### Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Miranda do Douro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 03 de Abril de 2017

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047  
em representação da S.R.O.C. n.º92 – Fernando Peixinho & José Lima, L.da

